

# Editorial

1. Um longo percurso foi feito pela *Revista Lusófona de Educação* (RLE) desde o seu primeiro número saído nos idos de 2003. De uma revista semestral nascida de um grupo de I&D reunido no então Observatório de Políticas de Educação e de Contextos Educativos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias a uma revista internacional de razoável impacto científico no mundo da Educação (e um dos mais elevados nas revistas de ciências sociais publicados em Portugal, e que publicam em Português), foi um curto espaço de tempo de pouco mais de uma década, que significou muita dedicação dos seus editores, responsável gráfica e colaboradores próximos, e uma grande confiança de todos aqueles que a procuraram para publicar os seus ensaios e investigações.

O número 35 que agora se edita apresenta três inovações que mostram a inquietação dos seus responsáveis editoriais e gráficos, numa constante busca de construir uma revista científica de referência, mesmo com meios muito limitados. A RLE 35 introduz três novidades de importante significado. A primeira, rapidamente visível para todos os que contactam com a versão impressa da revista, um *refresh* geral do design gráfico, apresentando uma versão que, mantendo a identidade anterior, se apresenta com um grafismo mais jovem e de melhor leitura. A segunda, a introdução do DOI (*Digital Object Identifier*) em cada um dos artigos, permitindo um melhor e mais rápido acesso aos conteúdos da revista. E, a terceira, a passagem de 3 para 4 números por ano, possibilitando que um maior número de autores que procuram a RLE possam ver publicados os seus textos e contribuições científicas.

A RLE possui um Conselho de Redação e um Conselho Editorial onde estão presentes cientistas sociais da educação de

inegável prestígio científico e profissional, de vários países e áreas do conhecimento, respeitando as boas práticas das revistas internacionais. Mas é editada pelo Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), uma Unidade de I&D reconhecida e avaliada no âmbito do sistema científico português, que a edita sem qualquer apoio direto da agência científica nacional, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), ou de qualquer agência europeia. Em tempos em que a política para a C&T em Portugal é redefinida, e se dão alguns (tímidos) passos de mudanças, nomeadamente em torno do projeto da open science, seria de todo interessante que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e a FCT equacionassem políticas de apoio às revistas científicas e de afirmação do Português como língua de comunicação científica internacional.

2. O diálogo é fundamental para se poder ultrapassar os exclusivismos disciplinares. A educação para ser devidamente compreendida precisa de uma leitura plural, realizada pelos olhares das diferentes áreas do conhecimento. Temos praticado “olhares” que não se “olham” devido ao paradigma disjuntivo que nos tem comandado. Separámos em excesso o que não é separável. Isso tem prejudicado o fôlego da nossa compreensão. Hoje, mais do que nunca, o esforço tem que ser feito ao contrário - juntar o que foi separado, procurar relações entre conhecimentos que estão bloqueados pelas fronteiras das especialidades. O acesso à compreensão do fenómeno educativo na sua profundidade tem que ser procurado pela via do diálogo. Sem diálogo não encontramos os novos circuitos do conhecimento que necessitamos. Somos peregrinos e não proprietários da verdade. Só o pluralismo, só o diálogo da inter e transdisciplinaridade nos pode dar o caminho que precisamos.

Cada artigo por si só, lido na sua singularidade, tem o seu sentido, mas na intertextualidade encontramos relações, horizontes de leitura e compreensão. Este número, organizado por artigos diversos convocam-nos ao diálogo. Sem diálogo não há compreensão. O diálogo é o pressuposto fundamental de abertura ao outro. Esperamos contribuir para esta aproximação.

O primeiro artigo, *Reformas da educação superior no Brasil: tempo(s) e movimento(s)*, de Sofia Lerche Vieira e Jaana Flávia Fernandes, discute as reformas do ensino superior brasileiro com base em duas categorias: tempo(s) e movimento(s). Neste estudo, as autoras concluem que a relação entre os setores públicos e privados, na oferta de matrículas, sofreu oscilação ao longo do tempo, com a predominância do setor privado que se consolidou na década de 1970, se intensificou na década de 1990 e se ampliou já no século XXI.

Maria J. Cruz, autora do segundo artigo intitulado *Financiar o ensino superior público com base nos resultados: algumas lições para Portugal*, pretende contribuir para o debate nacional sobre o financiamento do ensino superior público, discutindo a heterogeneidade dos modelos existentes. A investigadora conclui que existe, claramente, uma forte dependência por parte das instituições de ensino superior do financiamento público, pese embora o sucessivo aumento na procura de novas fontes de receita.

*El doctorado en España. Estudio e implicaciones dentro del espacio europeo de la educación superior* é o título do terceiro artigo da autoria de Magdalena Jiménez Ramírez. A investigadora centra a sua análise no processo de modificações da universidade espanhola que resultaram da promulgação de uma Lei da Ciência, de um aumento do financiamento da investigação, da introdução de sistemas de acreditação da qualidade e da integração das universidades espanholas no espaço europeu da educação superior.

António Amorim, no quarto artigo, *O gestor escolar inovador: educação da contemporaneidade*, faz uma reflexão em torno do perfil do atual gestor educacional brasileiro, destacando o sexo, a idade, a formação, o trabalho e a remuneração do seu desempenho.

No quinto artigo, *A autoavaliação na construção da escola democrática*, Maria João de Carvalho e Cristina Folgado, no estudo que levaram a cabo, recolheram ações discursivas de dezasseis docentes com base em entrevistas semiestruturadas. Concluíram que a participação da generalidade dos atores educativos na autoavaliação do agrupamento se reduz ao preenchimento de inquéritos e a uma representatividade nos órgãos de gestão, ou até a uma participação que, em vez de promover um exercício de democracia participativa, visa legitimar decisões antes tomadas.

No sexto artigo, *Conselho de turma: organização, liderança e autonomia*, Fátima Saloio e Juan Morales-Lozano, pelo estudo que conduziram, sublinharam a importância do Conselho de Turma como peça-chave na organização administrativa e pedagógica no sistema educativo português. Concluíram que, enquanto prevalecer esta estrutura, é difícil substituí-lo por equipas educativas.

*A monitorização da reestruturação curricular do ensino secundário geral de Timor-Leste: as vozes de formadores portugueses* é o título do sétimo artigo. As autoras, Adriana Ferreira, Isabel Cabrita, Margarida Lucas e Zélia Breda, apresentaram o modo como está a decorrer a implementação da reestruturação curricular do ensino secundário geral em Timor-Leste, sustentando a pertinência da prossecução da formação contínua de professores neste país.

Joana Quinta, José Viegas Brás e Maria Neves Gonçalves assinam o oitavo artigo intitulado *O Umbundo no poliedro linguístico angolano: a Língua Portuguesa no entrelaçamento do colonialismo e pós-colonialismo*. Os autores analisam os empréstimos linguísticos entre o Umbundo e a Língua Portuguesa e os motivos pelos quais perduram, em ambos os idiomas, as interferências lexicais e morfosintáticas. O estudo permitiu-lhes concluir que a Língua Portuguesa, no quadro das relações de poder do colonialismo e pós-colonialismo, mantém o estatuto de língua de referência, sendo relevantes os empréstimos linguísticos do umbundismo na Língua Portuguesa e vice-versa.

*Escolas a bordo: instituições de formação de marinheiros no Brasil e em Portugal*, da autoria de Solyane Lima, é o nono artigo. Nele, a investigadora analisa e compara a proposta educativa e o funcionamento de duas instituições: as Companhias de Aprendizes Marinheiros do Brasil e as Escolas de Alunos Marinheiros Portuguesas, demonstrando a importância dessa modalidade educacional, nomeadamente para os então designados *desvalidos*, considerando a realidade do Brasil e de Portugal no século XIX.

Rui Neves assina o último artigo *Melhorar o ensino e a aprendizagem do electromagnetismo com modelação computacional interactiva*. O autor discute a aplicação de actividades de modelação computacional exploratórias e expressivas criadas no ambiente *Modellus*. E descreve uma sequência de actividades sobre electromagnetismo implementada com alunos do primeiro ano de cursos universitários de Engenharia, apenas com conhecimento elementar da Física e Matemática do Ensino Secundário e sem conhecimento prévio de computação científica

Na secção *Depoimento*, Carlos Alberto Torres convida-nos a ler a sua *My last conversation with Paulo Freire* e um emotivo e metafórico poema que ele escreveu no 1º aniversário da morte do pedagogo brasileiro *A little more than a year ago*.

Na rubrica *Recensão*, Paula Guimarães apresenta o livro *Researching and Transforming Adult Learning and Communities: The Local/Global Context*, de Rob Evans, Ewa Kurantowicz e Emilio Lucio-Villegas, editado em 2016 pela Sense Publishers. Esta obra reúne um conjunto de artigos relacionados com a educação de adultos, o desenvolvimento local e comunitário e a aprendizagem em movimentos sociais.

Maria José Gonçalves faz a recensão da obra *Time and the Rhythms of Emancipatory Education: Rethinking the temporal complexity of self and society*, de Michel Alhadef-Jones, publicada em 2017, pela Routledge. O objetivo deste livro é renovar a maneira como o tempo pode ser visualizado e, portanto, experimentado, em educação, tendo sempre como horizonte uma educação conducente à

emancipação da pessoa. Esta obra, que interessa a professores e investigadores nas diversas áreas do conhecimento, tem ainda a particularidade de apresentar, no termo de cada capítulo, referências bibliográficas detalhadas que poderão ser relevantes para o aprofundamento de teorias, temas e conceitos.

No cumprimento de uma das rubricas da política editorial da *Revista Lusófona da Educação*, divulgam-se, neste número, alguns resumos de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento defendidas no Instituto de Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

*Lisboa, Abril de 2017*

António Teodoro, José V. Brás & Maria Neves Gonçalves